EDITORIAL 2020.2

O Curso de Mestrado em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba apresenta mais uma edição de *Cadernos de Direito* tendo por tema “Os Direitos Fundamentais Coletivos e Difusos”.

Em um esforço conjunto, entre autores e colaboradores da *Revista Cadernos de Direito*, foi possível atender a demanda das submissões do segundo semestre de 2019 e do corrente ano, motivo pelo qual esta edição é mais extensa que as anteriores, o que dá a este número uma qualidade especial adicional.

O aspecto marcante foi a possibilidade de reunir pesquisadores de variados Estados brasileiros, fato que traz uma diversidade cultural que espelha as múltiplas realidades do país e com isso alcança-se um verdadeiro estudo cooperativo, baseado na troca de experiências e soluções.

A produção de conhecimento no Programa de Mestrado em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) tem sido guiada pela sua área de concentração de pesquisa, que é o estudo e a produção no campo dos Direitos Fundamentais Coletivos e Difusos.

Os textos aqui apresentados trazem essa linha de trabalhar com fatos e como o Direito é a eles aplicado, sempre com o pano de fundo da proteção dos direitos fundamentais coletivos e difusos.

Sob este viés, os artigos científicos publicados abarcam os temas:

CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO: UMA OBSERVAÇÃO ACERCA DA QUESTÃO DOS REFUGIADOS NO BRASIL. Os autores, analisaram a convencionalidade da Nova Lei de Migração – Lei nº. 13.445/2017, especialmente no que diz respeito à questão dos refugiados, com o objetivo de observar a congruência normativa hierárquica existente entre a referida lei e os tratados internacionais de Direitos Humanos já ratificados pelo Brasil.

A RELEVÂNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO AUXÍLIO DO CONTROLE EXTERNO FRENTE À INEFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Os autores, abordaram assuntos atuais e relevantes acerca dos Tribunais de Contas e de sua indispensável participação nas atividades de controle externo, dando ênfase às precariedades de toda a sistemática política e administrativa em que estão inseridas as Cortes de Contas, bem como, na importância da autonomia e independência desses Tribunais.

ROUSSEAU, O PARTICIPACIONISMO E ALGUMAS CRÍTICAS. O autor, abordou a teoria democrática do Participacionismo, instigado pela crise de representatividade da atualidade, apresentando breves linhas históricas acerca da origem dessa corrente, cujo primeiro uso do termo data de 1960, a partir de um movimento dos estudantes na Universidade de Michigan.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO. As autoras, a partir de uma revisão bibliográfica sobre os principais fundamentos do presidencialismo desenvolvido em solo brasileiro, cuja principal característica é a coalizão, ou seja, a realização de alianças, destinadas, em tese, à garantia da governabilidade, examinaram os elementos do federalismo, do sistema eleitoral proporcional e de lista aberta e o multipartidarismo, com o fim de compreender e avaliar as coalizões efetuadas pelo Poder Executivo.

OS ELEMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM REGIME TRANSNACIONAL SUSTENTÁVEL DE PROTEÇÃO JURÍDICA DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA. A autora, pesquisou a possibilidade da criação de elementos para o desenvolvimento de um regime transnacional sustentável de proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade amazônica, considerando a imprescindível inter-relação dos conhecimentos tradicionais dos povos da Amazônia com a sustentabilidade.

SUGESTÕES PARA O ALCANCE DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE NO TRATAMENTO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA. A autora, estudou as dimensões da sustentabilidade associada aos respectivos problemas, com o intuito de sugerir o alcance da sustentabilidade dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade amazônica, considerando a imprescindível inter-relação dos conhecimentos tradicionais dos povos da Amazônia com a sustentabilidade.

TRATAMENTO JURÍDICO DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA: UMA COMPARAÇÃO DE AÇÕES ENTRE O BRASIL, EUA E EUROPA. Os autores, analisaram a obsolescência programada, tecnicamente compreendida como a decisão do produtor de diminuir o tempo de vida útil de bens de consumo com o fim de maximização dos lucros, fato que passou a ser significativamente discutida a partir da constatação do esgotamento progressivo de matérias-primas, bem como, diante do aumento substancial da produção de lixo, a partir do comparativo de experiências do cenário atual dos Estados Unidos e da Europa.

CAPITAL DESTRUTIVO E AS CHAMADAS “VIOLÊNCIAS INOCENTES”: UMA ANÁLISE DA TRAGÉDIA DE BRUMADINHO SOB A ÓTICA DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL. As autoras, no estudo realizado, objetivaram trazer à tona o caráter ambicioso, destrutivo e selvagem insito à atividade econômica capitalista em sua ânsia pelo lucro, no caso da tragédia de Brumadinho, abordando a importância de uma responsabilização cível e trabalhista justa, fundada em verdadeiros princípios de equidade e de dignidade da pessoa humana.

IMPLICAÇÕES PENAIIS DO LINCHAMENTO VIRTUAL COM FOCO NO COMPORTAMENTO SEXUAL DA MULHER: DISSEMINAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO NAS RELAÇÕES DE GÊNERO SOB UMA PERSPECTIVA CRIMINOLÓGICA FEMINISTA. Os autores, investigaram criticamente as implicações penais do linchamento virtual diante do comportamento sexual das mulheres, ponderando *se e por que* as mulheres são as vítimas preferenciais desse tipo de crime virtual e como essa dinâmica nociva tem se desenvolvido na dinâmica social moderna.

O TELETRABALHO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL. Os autores, avaliaram as possibilidades do teletrabalho, lançando foco sobre a regulamentação dessa modalidade de trabalho, em especial no que se refere à nova redação do Artigo 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e às inovações trazidas pela reforma trabalhista aprovada em 2017. Também se propõe uma reflexão sobre políticas públicas de emprego no Brasil e de inclusão social, mais especialmente no que tange às possibilidades para pessoas com deficiência ou dificuldades de mobilidade, que poderiam ser beneficiadas com a promoção do teletrabalho.

O PODER DE UMA EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA NA DERRIBADA DE PARADIGMAS REPRESSIVOS: CONTRIBUIÇÕES MARXISTAS PARA A EMANCIPAÇÃO DO TRABALHADOR. As autoras, analisaram de que forma a educação pode ser um antídoto contra o retrocesso do Direito do Trabalho, a partir de reflexões marxistas de cunho educacional que encontram na educação libertária uma maneira de emancipar o trabalhador e retirá-lo dos grilhões da alienação mediante métodos que propiciem a recuperação da até então perdida consciência de classe, bem como, refletem a respeito da formação de um olhar crítico sobre a atual organização societária e a *reconscientização* do poder de luta do explorado para garantir melhores condições de labor e de vida.

A PROTEÇÃO À SAÚDE E A SEGURANÇA DO TRABALHADOR NO ARE 664.335: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. A autora, fez uma análise crítica da concepção adotada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Agravo em Recurso Extraordinário nº 664.335, no que tange ao retrocesso social oriundo de tal decisão que, em tese de repercussão geral, acabou por fixar interpretação restritiva ao alcance de um direito essencial, qual seja, a aposentadoria, partindo de fundamentos altamente questionáveis, que ao final foram reafirmados na Emenda Constitucional de nº. 103 de 2019, por ocasião da Reforma da Previdência.

O DIREITO À SAÚDE NO BRASIL – UMA ANÁLISE SOBRE O EXERCÍCIO DESSE DIREITO NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19. A autora, analisou o exercício do direito à saúde garantido constitucionalmente a todos aqueles que se encontrarem, em caráter temporário ou definitivo, em território brasileiro sob a perspectiva da pandemia oriunda do contágio pelo coronavírus.

A ORIGEM DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS DE DIREITO PRIVADO NA SAÚDE BRASILEIRA. As autoras, realizaram uma revisão teórica e histórica acerca da nova forma

de prestação de serviços públicos de saúde brasileira, promovida por Fundações Públicas de Direito Privado, a partir da reforma gerencial do Estado.

A presente edição de Cadernos de Direito acredita que cada artigo aqui publicado possa contribuir de forma singular e efetiva, para a construção de um debate acadêmico produtivo e crítico do Direito, bem como de um conhecer jurídico alicerçado e atual.

Profa. Dra. Vivian A. Gregori Torres